



## A Escola Católica em Portugal e os 25 anos da APEC

### Considerações prévias

Era meu propósito inicial escrever um texto de apoio ao *PowerPoint* a apresentar no II Congresso Nacional da Escola Católica sobre «A Escola Católica em Portugal e os 25 anos da APEC». Destarte, o pouco tempo disponível no congresso para falar de matéria tão densa seria mais para enfatizar os rostos que ajudaram a construir a Associação Portuguesa de Escolas Católicas (APEC) do que para desdobrar paulatinamente a fita da história. Sim – não esqueçamos! –, o mais importante são as pessoas.

Acontece, porém, que, à medida que a fita se ia desdobrando, o autor – quiçá demasiado envolvido na matéria – se vai entusiasmando e a fita crescendo cada vez mais...

Apesar de um “comprimento” superior ao inicialmente previsto, as linhas que se seguem não são a “pré-história” nem a “história” de quase nove séculos da «Escola Católica» em Portugal. Embora se revisite o passado (e até as origens), o enfoque está no quarto de século percorrido pela APEC – a “Idade Moderna” e a “Idade Contemporânea”.

Mas também aqui, nestes 25 anos, a visão é mais holística do que circunstancial, apontando, sem prescrições académicas, os marcos mais significativos, as atividades mais relevantes e sistemáticas, e procurando espelhar um olhar crítico, naturalmente condicionado pelo facto de estar muito envolvido em (quase) todas estas situações.

Para este efeito, recorri aos arquivos da APEC – com dados mais limitados na “Idade Moderna” e informações mais precisas e contextualizadas na “Idade Contemporânea” –, aos meus apontamentos pessoais e a trabalhos de investigação por mim realizados sobre o ensino privado e a Escola Católica.

Que depois de novamente dobrada esta singela fita, todos fiquemos mais cientes do quanto a Escola Católica fez e faz pela educação em Portugal, fiquemos com mais *orgulho* por fazermos parte desta história, e dêmos graças pela iniciativa dos nossos bispos ao terem criado, em 1998, a Associação Portuguesa de Escolas Católicas.

### 1. A «Pré-história» da APEC – ano 33

#### *Um mandato divino...*

Tudo terá começado há mais ou menos 2000 anos. Estando os apóstolos reunidos com Jesus Cristo, já depois da ressurreição, eis que o Mestre dá a seguinte “ordem”: «Ide e ensinai» (Mt 28, 19a).

Esta foi a grande missão que Cristo confiou à Sua Igreja. Uma missão sem limites de espaço – ‘ensinai todos os povos’ – e sem limites de tempo – ‘até à consumação dos séculos’. A missão educativa será, pois, “a grande missão divina da Igreja de Cristo”, como afirmava Guilherme Braga da Cruz, em 1954.

Doravante, a Igreja fará da arte de educar um meio de evangelização e de promoção social e cultural.

É neste quadro *providencial* que emerge a identidade e missão da Escola Católica – uma escola pronta para atuar no mundo e o transformar; uma escola cujo qualificativo “católica” lhe acrescenta a dimensão ascendente, dando-lhe uma consistência e abertura que a deve demarcar das demais.

É aqui que tudo nasce e se desenvolve. Por isso, como diz o Magistério da Igreja, o que define a escola como “católica” é “a sua referência à verdadeira concepção cristã da realidade. Jesus Cristo é o centro desta concepção” (Congregação para a Educação Católica, *A identidade da Escola Católica para uma cultura do diálogo*, janeiro 2022, n.º 20).

## **2. A «Idade antiga» da APEC – desde o ano 1143**

### ***Os mosteiros, as congregações religiosas, as dioceses...***

É à sombra dos mosteiros que o ensino é ministrado, a princípio só para quem segue a vida eclesiástica, mas depois também para os que não aspiram a ser clérigos. Santa Cruz, em Coimbra, com os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, ou Alcobaça, com os monges de Cister, são polos extraordinários de irradiação de cultura que marcam estes primeiros séculos de independência.

Em 1540, Inácio de Loyola, apaixonado por Portugal, funda a Companhia de Jesus e empenha-se, com os seus discípulos, na difusão da doutrina cristã e na arte de ensinar, instruir e educar. Alguns anos depois, em 1555, D. João III confere aos jesuítas o monopólio do ensino em Portugal.

Os êxitos extraordinários atingidos levam a Companhia de Jesus a criar em diversas cidades portuguesas escolas públicas, isto é, escolas abertas a estudantes não jesuítas, sob a sua orientação pedagógica. Entretanto, a sua obra é enriquecida com a construção de mais colégios, no Continente, nas Ilhas Adjacentes e no Ultramar. Contudo, este protagonismo que os jesuítas rapidamente adquirem na vida deste pequeno reino, sobretudo a nível do ensino, começa a ser questionado por algumas pessoas influentes.

Com o Marquês de Pombal, em 1750, a Companhia de Jesus é abruptamente afastada do palco educativo e até expulsa do país, depois de uma série de episódios expressivos do repúdio da sua ação educativa. Consuma-se assim a intervenção estatal na administração escolar. Pela primeira vez na história de Portugal, o controlo do ensino está (exclusivamente) nas mãos do Estado. E este nunca mais o largou, até hoje.

Com maior ou menor dificuldade – mas sempre com dificuldade –, o Marquês cria escolas primárias e secundárias nos principais centros populacionais do país. Mas a eficácia destas reformas é em geral bastante limitada, não só porque se torna difícil substituir toda a rede escolar montada pelos jesuítas, bem como por falta de modelos alternativos suficientemente estruturados e credíveis.

Com a morte de D. José, em 1777, Sebastião José de Carvalho e Melo deixa de ter qualquer influência política, mas a sua obra é tão vasta e profunda, embora polémica, que jamais será possível regressar ao passado. Como se tem visto.

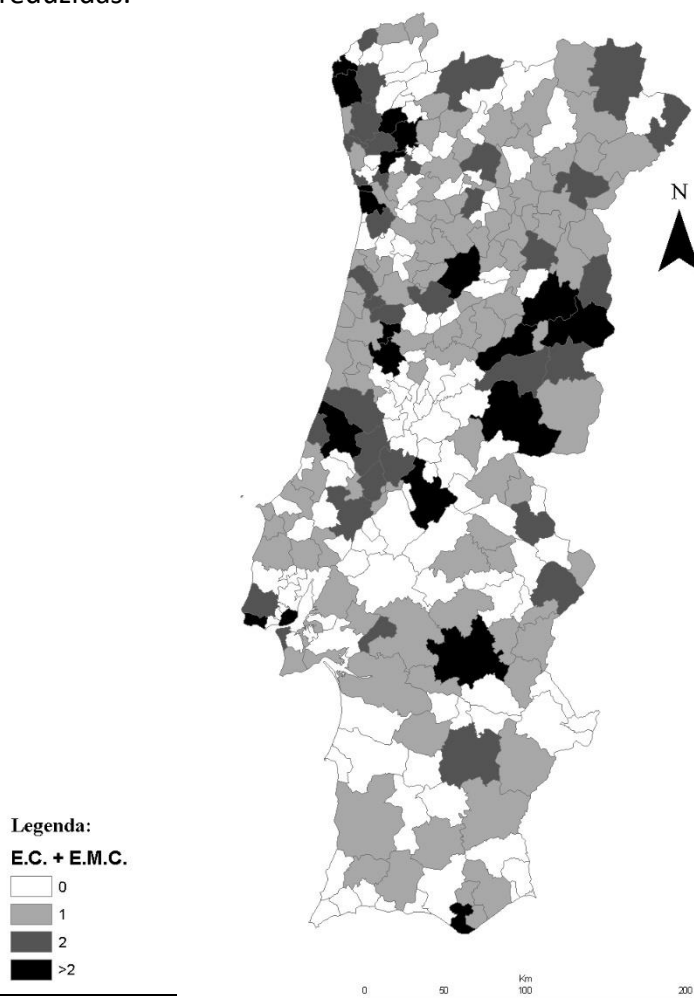
A partir daqui, o Estado nunca mais deixará de cair na tentação de centralizar o sistema educativo, asfixiando, com maior ou menor grau, as iniciativas da Igreja e da sociedade civil. Até meados da década de 20 do século XX, as congregações religiosas oscilam entre a expulsão do país e o regresso, ora encerrando escolas, ora reabrindo-as. Mas cada vez se reabriam menos escolas, devido à instabilidade política do país.

Contudo, mesmo marginalizadas, as escolas da Igreja, sobretudo as ligadas a ordens religiosas, conseguem impor-se pela competência e espírito de serviço. A par do ensino normal, dedicam-se à educação pré-escolar (tanto na formação dos agentes como nas próprias instituições educativas), ao ensino dos alunos com necessidades educativas especiais, ao ensino artístico, ao ensino técnico e profissional (sobretudo com os salesianos), ao ensino de classes desprotegidas.

Os primeiros anos da República foram dramáticos, mas com o advento do Estado Novo, em 1926, alcança-se alguma tranquilidade. São redigidos os primeiros estatutos do ensino particular, numa tentativa de o Estado não só organizar este subsistema, mas sobretudo de o controlar a todos os níveis. Em 1940 celebra-se uma Concordata entre o Estado e a Igreja e regula-se o ensino católico, formalizando-se o direito de as associações e organizações da Igreja poderem estabelecer e manter escolas privadas paralelas às estatais, estando, todavia, sujeitas à fiscalização do Estado, nos termos do direito comum, podendo ser, nos mesmos termos, subsidiadas e oficializadas. Contudo, nenhuma destas escolas foi subsidiada e oficializada até aos inícios dos anos 70.

Apesar desta sobredeterminação política, administrativa e pedagógica, as escolas católicas, agora mais confiantes, proliferam por todo o território, privilegiando as zonas do interior, mais esquecidas e desprotegidas. A par das escolas congregacionais, na década de 60 do século passado, criam-se muitas escolas diocesanas. E outras há que, não sendo formalmente católicas, são dirigidas por cristãos convictos, que imprimem no quotidiano da escola uma cultura humanístico-cristã. Por estas alturas existem no país cerca de 400 escolas privadas, 60% das quais de inspiração cristã. Liceus estatais são pouco mais do que 40. Estes números dão-nos uma ideia do protagonismo do ensino não estatal nesta época, com destaque para o impacto territorial (e social) das escolas católicas e de matriz cristã, que educavam mais de 60% dos alunos do país que frequentavam o ensino liceal (ver mapa)<sup>1</sup>.

Infelizmente, não há apoios financeiros do Estado e as escolas católicas têm de cobrar propinas. Mesmo assim, fica mais barato aos pais matricular os filhos no colégio da vila do que hospedá-lo no liceu da capital de distrito, a maioria das vezes bem distante do local de residência. E para as famílias mais carenciadas era frequente as escolas católicas oferecerem bolsas de estudo ou terem propinas reduzidas.



<sup>1</sup> A estes números deveremos acrescentar os (muitos) adolescentes e jovens que frequentavam os seminários diocesanos e religiosos, a maioria dos quais (cerca de 85%) não chegando a ser ordenados presbíteros.

### 3. A «Idade média» da APEC – desde 1969

#### *O desafio da comunhão...*

Em 1969, inicia-se uma nova era na busca das raízes da Escola Católica. Se até então eram inquietações sentidas isoladamente aqui e acolá, e de uma forma mais visível no Patriarcado de Lisboa, com aparentes sinais “de cima”, agora a inquietação chega “de baixo”, da *província*, de forma mais organizada. O grupo constituído pelos Padres Luciano Guerra, do Externato Afonso Lopes Vieira (Marinha Grande), Franklim Henriques da Cunha, do Externato Técnico-Liceal da Beira-Mar (Vieira de Leiria), e Joaquim Rodrigues Ventura, do Colégio de S. Miguel (Fátima), da diocese de Leiria, entrega, em 15 de maio de 1969, um pedido aos bispos – “Pistas para o Estudo da Organização em Portugal do Ensino da Igreja” –, onde o primeiro ponto marca o grande objetivo desta movimentação: “Definir qual é a vocação própria da Escola Católica, o seu carácter específico: a educação integral do homem batizado”.

A partir de agora, é a busca da identidade da Escola Católica e a sua assunção no quotidiano dos colégios, que projetará estes homens para trajetórias nunca antes percorridas. Não será para se constituir mais uma estrutura hierárquica formal e distante, ou para se criar uma associação para simplesmente unir estabelecimentos de ensino privado pertencentes à Igreja que este grupo se forma. É, sim, para ajudar as escolas católicas a descobrirem juntas, cada qual com o seu carisma, a alma comum, que é a razão de ser das suas existências.

No início da década de 70, com o Ministro Veiga Simão, concedem-se os primeiros subsídios, mas enfrenta-se a “explosão” das escolas estatais, asfixiando muitas escolas católicas. Para piorar a situação, o período revolucionário sequente à instauração da democracia, em 1974, não favorece o funcionamento do ensino privado. Encerram muitas escolas, mas são os colégios católicos os que mais dão provas de resistência perante a crise. No ensino secundário, dos 60% de alunos a frequentar o ensino privado liceal, em meados da década de 60, passamos para pouco mais de 10% no final da década de 70.

Mas é neste período difícil que as escolas católicas – estimuladas por estes três sacerdotes e muitos outros diretores que, entretanto, eles mobilizam – se congregam e lutam conjuntamente, aglutinando também as restantes escolas privadas. É assim que nasce uma nova associação de todo o ensino privado – a AEEP<sup>2</sup> – ainda hoje existente (e a comemorar as *bodas de ouro*). É assim que se sente a necessidade de as escolas católicas terem uma estrutura nacional sob a tutela da Conferência Episcopal. Como esta estrutura tarda, o Pe. Joaquim Ventura – sempre ele! – cria à sua volta um grupo<sup>3</sup> que dará corpo à primeira associação de escolas católicas (inicialmente “União das Escolas Católicas”) – AEC – constituída em janeiro de 1979. Rapidamente este movimento se expande, sobretudo junto das escolas da região centro, realizando-se inúmeros encontros de formação em torno da identidade da escola católica, não só para professores e funcionários, mas também para pais e alunos.

Entretanto, um homem inquieto e que dará a sua vida pela escola católica – D. António Baltasar Marcelino – do seio da Comissão Episcopal da Educação Cristã (CEEC)<sup>4</sup> contribuirá fortemente para a criação da tal estrutura nacional afeta à Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), há tanto desejada. E assim nasce o Departamento da Escola Católica – DEC – que, doravante, cuidará mais

---

<sup>2</sup> Atualmente, “Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo”.

<sup>3</sup> Integram este grupo inicial, além do Pe. Joaquim Ventura, as seguintes pessoas (e escolas): Pe. Pedro dos Santos (diretor do Colégio de S. Teotónio, Coimbra); Virgílio Mota (professor do Colégio Conciliar de Maria Imaculada, Leiria); Ir. Maria Helena Moreno (diretora do Colégio da Rainha Santa Isabel, Coimbra), Pe. Manuel Pereira Gomes (diretor do Colégio Apostólico da Imaculada Conceição, Cernache), Ana Paula Leitão e Manuel Tavares (direção do Externato Atlântico, Peniche); Ir. Maria Manuel (diretora do Colégio de N. S. de Fátima, Leiria, que também representava o Externato de S. Domingos, Fátima); Humberto Salvador (professor do Colégio de S. Miguel, Fátima); Ir. Maria da Glória Cordeiro (diretora do Colégio de Santa Maria, Torres Novas).

<sup>4</sup> Mais tarde denominada “Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé” (CEECDF).

de perto por todas as escolas católicas, procurando ser uma voz aglutinadora e estimulante. Com a criação do DEC, em 1981, a AEC dá por terminada a sua missão. Graças ao seu fugaz (mas determinante) contributo, existe finalmente “alguém”, ao mais alto nível da Igreja, que coordena e congrega a Escola Católica.

Com esta nova estrutura eclesial, sucedem-se, na década de 80 do século passado, variadas atividades de formação e convívio, ficando célebres os encontros anuais de professores, realizados no início de setembro, em Fátima. Também se deu início às edições regulares do Boletim “Escola Católica”.

## **4. A «Idade moderna» da APEC – desde 1996**

### ***A criação da APEC e a sua manifestação***

#### **4.1. Antecedentes – a constituição do GTDEC**

Ao longo dos anos de existência do DEC, foi ganhando consistência – mesmo junto do episcopado – a necessidade de ser criada uma estrutura de base, assente nos responsáveis das escolas católicas, que congregasse e mobilizasse as escolas católicas. Preencheria um espaço não ocupado pela AEEP e potenciaria a missão do DEC.

É neste cenário que, por iniciativa da CEP, e por convite do Presidente da CEEC, D. Albino Mamede Cleto, se realiza em Fátima, em 22 e 23 de março de 1996, um “Encontro Nacional de responsáveis de Escolas Católicas”, que contou com a presença das seguintes 30 escolas: Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia (Faro); Colégio da Obra de Frei Gil (Bustos); Colégio de N. S. da Apresentação (Calvão); Colégio de N. S. da Assunção (Anadia); Colégio de N. S. da Graça (V. N. de Milfontes); Colégio Teresiano (Braga); Colégio D. Diogo de Sousa (Braga); Colégio de S. Miguel de Refojos; Colégio de S. Teotónio (Coimbra); Colégio da Rainha Santa Isabel (Coimbra); Externato Sebastião da Gama (Setúbal); Colégio Luso-Britânico (Elvas); Escolas regionais Dr. Dinis da Fonseca (Cerdeira e Guarda); Colégio de S. Miguel (Fátima); Colégio do Sagrado Coração de Maria (Fátima); Colégio Conciliar de Maria Imaculada (Leiria); Colégio N. S. de Fátima (Leiria); Externato Marista de Lisboa; Externato Marista de Carcavelos; Externato de Penafirme; Colégio S. João de Brito (Lisboa); Colégio do Sagrado Coração de Maria (Lisboa); Colégio do Amor de Deus (Cascais); Colégio de Santa Teresa de Jesus (Santo Tirso); Colégio de Ermesinde; Colégio de N. S. do Rosário (Porto); Colégio dos Carvalhos; Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti (Porto); Colégio do Minho (Viana do Castelo).

Após reflexão em grupo e em plenário, com dúvidas, receios e resistências à mistura, foi decidido formar um grupo de trabalho denominado “GTDEC” – “Grupo de Trabalho para a Dinamização da Escola Católica” – tendo como objetivo próximo a criação de uma associação das escolas católicas. A 1.ª reunião do GTDEC realizou-se em Fátima, na Casa N. S. do Carmo, em 30 de abril de 1996, com as seguintes presenças:

- Presidente da CEEC (D. Albino Cleto)
- Diretor do SNEC (Pe. Aurélio Campos)
- Colégio de S. Miguel (Pe. Joaquim Ventura e Acácio Lopes)
- Externato de Penafirme (Pe. Alfredo Cerca)
- Colégio Diocesano de N. S. da Apresentação (Pe. João Mónica e Teresa Gonçalves)
- Colégio da Rainha Santa Isabel (Ir. Maria da Glória Cordeiro)
- Colégio de S. Teotónio (Jorge Cotovio)

Nesta reunião, D. Albino deu conta da sua intervenção na Assembleia da CEP e destacou alguns dos aspetos focados: (i) a verificação da fraca adesão dos responsáveis das escolas católicas à criação de uma associação, motivada por uma grande heterogeneidade de pontos de vista desses mesmos responsáveis; (ii) as reservas da Federação Nacional dos Institutos Religiosos Femininos

(FNIRF) relativamente à criação de uma nova associação; (iii) a pergunta feita por um ou outro bispo sobre se não seria prioritário e mais conveniente uma animação/ reativação do DEC, do que o estímulo para a criação de uma nova associação; (iv) a confirmação da adesão e do interesse da generalidade dos bispos pelo movimento que se encontra em fase de arranque.

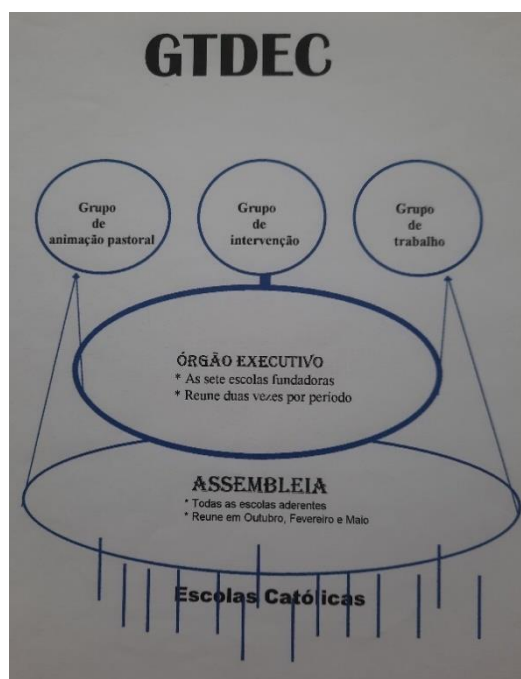
A partir da 3.ª reunião o grupo alargou-se, tendo a presença mais ou menos habitual das seguintes entidades/ escolas (e delegados):

- Presidente da CEEC (D. Albino Cleto)
- Diretor do SNEC (Pe. Aurélio Campos)
- Representante do DEC (Maria Helena Calado)
- +
- Colégio de S. Miguel, Fátima (Pe. Joaquim Ventura e Acácio Lopes)
- Externato de Penafirme (Pe. Alfredo Cerca)
- Colégio Diocesano de N. S. da Apresentação, Calvão (Pe. João Mónica e Teresa Gonçalves)
- Colégio da Rainha Santa Isabel, Coimbra (Ir. Maria da Glória Cordeiro)
- Colégio de S. Teotónio, Coimbra (Pe. Joel Antunes, Pe. João Paulo Vaz e Jorge Cotovio)
- Escola de Formação Social e Rural, Leiria (Virgílio Mota)
- Colégio Conciliar de Maria Imaculada (Ir. Salomé Gonçalves e Ir. Maria Adelaide Moreira)
- Oficinas de S. José [Salesianos de Lisboa], Lisboa (Pe. Artur Pereira)

Culminando uma caminhada em conjunto, na reunião de 11 de outubro de 1997 é aprovado o “Documento base sobre as grandes linhas de força identificadoras da Escola Católica em Portugal”, elaborado pelo grupo de trabalho constituído pelo Pe. Artur Pereira, Acácio Lopes, Virgílio Mota e Jorge Cotovio. Este importante documento servirá de referência para o texto dos estatutos da Associação Portuguesa de Escolas Católicas - APEC, aprovado na reunião do GTDEC de 14 de fevereiro de 1998.

O GTDEC reuniu catorze vezes nestes dois anos “embrionários” da APEC, sempre com a presença do presidente da CEEC, do diretor do SNEC e da responsável do DEC.

#### 4.1.2. O organograma do GTDEC



### **4.1.3. As atividades promovidas pelo GTDEC**

Durante estes dois anos da sua existência, o GTDEC, além das reuniões do órgão executivo, promoveu uma série de atividades de acordo com um plano inicialmente construído, que contemplava ações formativas regulares junto dos vários membros da comunidade educativa – diretores, educadores docentes e não docentes, alunos e pais. O entusiasmo foi grande e, gradualmente, criou-se um sentido de pertença e comunhão que a todos surpreendeu. Com este dinamismo, cada vez mais escolas acreditaram quão necessária era a constituição de uma associação que congregasse todas as escolas católicas em torno de objetivos comuns.

Resume-se, de seguida, as principais realizações:

#### *□ Ano letivo 1996/97*

- 3 reuniões alargadas a todas as escolas aderentes ao GTDEC (Fátima).
- Atividades de formação com alunos – 8.º, 10.º e 12.º anos (6 a 8 alunos por escola, durante um fim-de-semana, na Quinta da Fonte Quente, na Tocha; o 1.º encontro, em 21, 22 e 23 de fevereiro de 1997, foi destinado aos alunos do 12.º ano e coordenado pelo Pe. João Paulo Vaz, do Colégio de S. Teotónio).
- Atividades de formação com professores e educadores de infância (Fátima):
  - (i) Um encontro para educadores de infância e professores do 1.º ciclo, em 8 de março de 1997, orientado pelo Pe. Domingos de Freitas sj, sobre “O perfil do educador na Escola Católica” (123 participantes).
  - (ii) Um encontro para professores dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, em 12 de abril de 1997, orientado pelo Pe. Manuel Clemente (futuro bispo), sobre “A identidade do educador na Escola Católica – partilha de experiências e vivências” (122 participantes).

#### *□ Ano letivo 1997/98*

- 4 reuniões alargadas a todas as escolas aderentes ao GTDEC (Fátima).
- Atividades de formação com alunos – 6.º, 8.º, 10.º e 12.º anos (6 a 8 alunos por escola, durante um fim-de-semana na Quinta da Fonte Quente, na Tocha – 8.º, 10.º e 12.º anos, e no Seminário de Penafirme – 6.º ano).
- Atividades de formação com professores e educadores de infância (Fátima):
  - (i) Um encontro para educadores de infância e professores do 1.º ciclo, orientado por Deolinda Botelho, Teresa Simas e Teresa Jardim, sobre “O transcendente no desenvolvimento pessoal” (84 participantes).
  - (ii) Um encontro para professores dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, orientado por Manuel Ferreira Patrício, sobre “O educador cristão face aos desafios do séc. XXI” (171 participantes).
- Atividades de formação com pais de escolas católicas aderentes ao GTDEC (Fátima):
  - Um encontro orientado por Fernando Regateiro (CONFAP), em 28 de março de 1998, sobre “O que esperam os pais da Escola Católica” (70 participantes).
- Atividades de formação com funcionários não docentes:
  - Um encontro realizado em Fátima, em 28 de maio de 1998, orientado pelo sacerdote salesiano, Pe. Artur Pereira.

## **4.2. A criação da APEC**

### **4.2.1. O reconhecimento da APEC e os órgãos sociais até 2010**

Na reunião da Assembleia do GTDEC de 29 de maio de 1998, D. Albino Cleto informou que na Assembleia Plenária da CEP, realizada de 20 a 25 abril de 1998, os estatutos da APEC foram aprovados e reconhecida a associação, com a adesão das seguintes 15 escolas:

- Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, Guarda e Cerdeira;
- Externato Sebastião da Gama, Setúbal;
- Externato de N. S. dos Remédios, Tortosendo;

- Externato de Penafirme;
- Externato Roseiral de Santa Teresinha, Lisboa;
- Escola de Santa Clara, Bragança;
- Colégio Ultramarino de N. S. da Paz, Macedo de Cavaleiros;
- Colégio Conciliar de Maria Imaculada, Leiria;
- Colégio de N. S. da Bonança, V. N. de Gaia;
- Colégio de Frei Gil, Bustos;
- Colégio de N. S. da Apresentação, Calvão;
- Externato de S. Domingos, Fátima;
- Colégio Oficinas de S. José, Lisboa;
- Colégio de S. Teotónio, Coimbra;
- Colégio de S. Miguel, Fátima.

D. Albino sublinhou, a este propósito, “que a profunda colaboração que deverá existir entre estes dois organismos APEC e SNEC/ DEC não obscurece a diferenciação das suas funções”.

Procedeu-se, depois, à eleição dos primeiros órgãos sociais da associação.

Nestes primeiros tempos, a sede oficial provisória é no SNEC, embora as reuniões se realizem na Casa N. S. do Carmo, em Fátima. A partir de 9 de fevereiro de 1999, a sede, por gentileza do Santuário de Fátima (após diligências do Pe. Joaquim Ventura), passou a ser na Casa de S. Miguel – um edifício junto da Casa N. S. do Carmo – com a cedência de duas salas.

A partir de 23 de setembro de 2022, a sede passou para uma sala do edifício do Colégio de S. Miguel, cedida graciosamente por esta instituição.

Seguidamente, elencamos os órgãos sociais até 2010, referindo o nome dos delegados apenas nas direções:

● **1.ºs órgãos sociais (AG<sup>5</sup> de 23 de outubro de 1998) [triénio 1998-2001]**

*Direção*

Presidente: Colégio de S. Miguel, Fátima [Acácio Lopes]

Vice-presidente: Colégio de S. Teotónio, Coimbra [Jorge Cotovio]

Secretário: Escola de Formação Social e Rural, Leiria [Virgílio Mota]

Tesoureiro: Colégio Salesiano Oficinas de S. José, Lisboa [Pe. Artur Pereira]

Vogal: Colégio da Rainha Santa Isabel, Coimbra [Ir. Maria da Glória]

*Assembleia Geral*

Presidente: Colégio Diocesano de N. S. da Apresentação, Calvão

1.º Secretário: Colégio de N. S. da Bonança, V. N. de Gaia

2.º Secretário: Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, Guarda

*Conselho Fiscal*

Presidente: Ext. Sebastião da Gama, Setúbal

Vogal: Colégio Conciliar de Maria Imaculada, Leiria

Vogal: Externato Roseiral de Santa Teresinha, Lisboa

● **2.ºs órgãos sociais (AG de 29 de junho de 2001) [triénio 2001-2004]**

*Direção*

Presidente: Colégio Diocesano de N. S. da Apresentação, Calvão [Pe. João Mónica e Teresa Gonçalves]

Vice-presidente: Colégio de S. Teotónio, Coimbra [Jorge Cotovio]

---

<sup>5</sup> “Assembleia Geral”.



Secretário: Colégio Salesiano Oficinas de S. José, Lisboa [Pe. Artur Pereira; Pe. José Alberto; Pe. António Figueira]

Tesoureiro: Colégio de NS da Assunção, Anadia [Ir. Idalina Faneca e Ir. Mariabela]

Vogal: Ext. Roseiral de Santa Teresinha, Lisboa [Cesaltina Dunões]

#### *Assembleia Geral*

Presidente: Colégio de S. Miguel, Fátima

1.º Secretário: Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, Outeiro de S. Miguel, Guarda

2.º Secretário: Ext. Diocesano Sebastião da Gama, Setúbal

#### *Conselho Fiscal*

Presidente: Externato de Penafirme

Vogal: Colégio Conciliar de Maria Imaculada, Leiria

Vogal: Instituto de Promoção Social da Bairrada, Bustos

### ● **3.ºs órgãos sociais (AG de 9 de julho de 2004) [triénio 2004-2007]**

#### *Direção*

Presidente: Externato de Penafirme [Pe. Alfredo Cerca e Acácio Lopes]

Vice-presidente: Colégio Salesiano Oficinas de S. José, Lisboa [Pe. António Figueira]

Secretário: Colégio de S. Miguel, Fátima [Virgílio Mota]

Tesoureiro: Escola Salesiana de Manique [Pe. José Fernandes]

Vogal: Colégio de N. S. da Graça, V. N. de Milfontes [Natália Cabecinha]

#### *Assembleia Geral*

Presidente: Ext. N.S. dos Remédios, Tortosendo

1.º Secretário: Colégio de N. S. da Bonança, V. N. de Gaia

2.º Secretário: Colégio da Via Sacra, Viseu

#### *Conselho Fiscal*

Presidente: Colégio Salesiano de S. João Bosco, Mogofores

Vogal: Colégio da Rainha Santa Isabel, Coimbra

Vogal: Ext. de S. Domingos, Fátima

### ● **4.ºs órgãos sociais (AG de 6 de julho de 2007) [triénio 2007-2010]**

#### *Direção*

Presidente: Externato de Penafirme [Pe. Alfredo Cerca e Acácio Lopes]

Vice-presidente: Colégio Salesiano Oficinas de S. José, Lisboa [Pe. António Figueira; Pe. Artur Pereira]

Secretário: Colégio de S. Miguel, Fátima [Virgílio Mota]

Tesoureiro: Colégio Salesiano de S. João Bosco, Mogofores [Pe. José Fernandes]

Vogal: Externato de N. S. dos Remédios, Tortosendo [Pe. José Batista Mendes]

#### *Assembleia Geral*

Presidente: Colégio Diocesano de N. S. da Apresentação, Calvão

1.º Secretário: Colégio de N. S. da Graça, V. N. de Milfontes

2.º Secretário: Externato de Santa Joana, Ermesinde

#### *Conselho Fiscal*

Presidente: Colégio da Via Sacra, Viseu

Vogal: Instituto de Promoção Social da Bairrada, Bustos

#### **4.2.2. As atividades neste primeiro ciclo de vida da APEC – 1998 a 2010**

Basicamente, as direções da APEC, neste período, deram continuidade à dinâmica organizativa do GTDEC, mas procurando acrescentar mais *coisas* ao existente, assim como criar novas ações. Relativamente à formação de alunos, além dos encontros para os 6.º, 8.º, 10.º e 12.º anos, acrescentaram-se os encontros para os 4.º, 5.º, 7.º, 9.º e 11.º anos. Por norma, os encontros são de dois dias, exceto o do 4.º ano (um dia) e 12.º ano (3 dias).

Novamente o primeiro encontro, agora da APEC, coube ao 12.º ano, na Tocha, de 26 a 28 de março de 1999, orientado pelo jovem padre João Paulo Vaz, cada vez com mais impacto junto dos alunos e restantes membros da comunidade educativa, como iremos ver<sup>6</sup>.

Quanto aos docentes, o primeiro encontro – para professores dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário – foi orientado pelo jesuíta Pe. Dário Pedroso, em 6 de março de 1999, em Fátima.

Por sua vez, a primeira ação de formação para educadores não docentes foi orientada pelo salesiano Pe. José Fernandes (Fátima, 24 de abril de 1999), que iria ter um protagonismo especial nos anos seguintes, não só porque integrou as sucessivas direções da APEC até 2016, como também por ter dirigido muitas formações para professores (entre as quais “seminários de renovação pedagógica”, o primeiro dos quais realizado em Fátima em 12 de julho de 1999).

Além destes acrescentos ao que já se fazia nos tempos do GTDEC, criaram-se “coisas novas”, designadamente:

- Jogos Florais (prosa, poesia, artes plásticas, fotografia...), subordinados ao tema “Jubileu 2000”.
- Encontros de “formação de animadores” para as escolas católicas (tendo também como objetivo a promoção de encontros interescolas), orientados pelo Pe. João Paulo Vaz.
- Encontros formais com a hierarquia da Igreja, com as estruturas associativas das congregações religiosas, com agentes da administração, com políticos e com governantes.
- Extensão das formações às escolas do arquipélago da Madeira.
- Edição do boletim da APEC (6 números confirmar, o 1.º de 9 de março de 2001 e último de 25 novembro de 2005, impressos nas Oficinas de S. José (atualmente, “Salesianos de Lisboa”).
- Colaboração na edição de obras científicas sobre a escola católica.
- Início da participação regular nas reuniões do Comité Europeu para o Ensino Católico (CEEC), por convite (e a expensas) do SNEC (a primeira participação foi na AG do CEEC de 26 e 27 de março de 1999, cabendo ao Pe. Joaquim Ventura representar a APEC, acompanhando o Pe. Querubim Silva, diretor do SNEC).
- Curso de formação avançada para diretores, promovido pela UCP, sob a coordenação de Joaquim Azevedo (3 cursos até 2008, o primeiro dos quais de janeiro a julho de 2004).
- Vários encontros de formação para docentes de Português e de Matemática.
- Reativação da FNAPEC (Federação Nacional das Associações de Pais de Alunos do Ensino Católico), não só para se contar com um parceiro privilegiado na defesa da liberdade de educação, mas também com o objetivo de garantir o lugar que tinha direito no Conselho Nacional de Educação (CNE)<sup>7</sup>.

Para finalizar o elenco destas “coisas novas”, é justíssimo destacar duas ações realizadas no mandato 2001 a 2004. Pela primeira vez, a direção da APEC, através do Pe. João Mónica, de Jorge Cotovio e de Cesaltina Dunões, esteve representada num congresso da Organização Internacional da Educação Católica (OIEC), em Brasília (2001), acompanhando a delegação do SNEC composta

---

<sup>6</sup> Já fora deste âmbito, recordo que o Pe. João Paulo Vaz foi o autor da letra do hino da Jornada Mundial da Juventude Lisboa2023.

<sup>7</sup> Foi eleita para presidir à Direção a Associação de Pais do Colégio da Rainha Santa Isabel (Coimbra). O delegado ao CNE foi o pai desta associação, Domingos Xavier Viegas.

pelo Pe. Querubim Silva (diretor) e Maria Helena Calado (responsável do DEC). A segunda ação, muito estimulada pelo congresso de Brasília, foi a realização do I Congresso Nacional da Escola Católica, de 13 a 15 de novembro de 2003, em Fátima (anfiteatro do Centro Pastoral de Paulo VI), com um programa “de luxo” e a participação de perto de um milhão de pessoas de 91 escolas católicas, tendo sido editados um “Boletim Especial Congresso | Novembro 2003” (uma espécie de “guião” do congresso, com 30 páginas) e as Atas do Congresso (um volume com 286 páginas). Por todos foi reconhecido o papel determinante desempenhado pelo Pe. João Mónica, com uma capacidade de liderança e mobilização invulgares e uma paixão pela Escola Católica verdadeiramente contagiante.

Entretanto, em 2006, e por iniciativa de D. António Marcelino, membro da CEEC, é constituído o GREC (“Grupo de reflexão da Escola Católica”), congregando, além do SNEC/ DEC, também a CIRP<sup>8</sup> e a APEC. Era intenção da CEEC envolver e comprometer, desta forma, várias escolas congregacionais que tinham muitas reservas para com a APEC, não estando nela filiadas. A ação mais visível neste período terá sido a organização do Fórum “Risco de Educar”, em 27 e 28 de janeiro de 2007, e os seguintes encontros interdiocesanos de sensibilização para a identidade da Escola Católica, em 2008 e 2009. Mas também teve o mérito de estimular o trabalho conjunto, que possibilitou, mais tarde, a realização de eventos nacionais com grande impacto, como por exemplo a peregrinação a Fátima das escolas católicas.

#### **4.2.3. O fim de um ciclo**

Após anos de intenso trabalho e mobilização, a partir de 2006 eram evidentes os sinais de cansaço e de alguma saturação: pouca presença das escolas nas AG; sempre as mesmas escolas a participarem nas atividades; cancelamento de algumas atividades programadas por falta de um número razoável de inscrições. Neste quadro, surgirão dúvidas se a criação do GREC terá sido um cirúrgico “balão de oxigénio” para a APEC ou, se pelo contrário, contribuiu para mitigar o seu papel junto das escolas católicas, esvaziando a sua ação. Os factos posteriores parecem dar força a esta segunda hipótese, até porque, em 2014, o GREC extinguiu-se “naturalmente” devido ao protagonismo que a APEC estava a ter, ao assumir, na prática, a coordenação das atividades, sempre em sintonia com o SNEC.

Sentindo este clima de alguma indiferença, a Direção da APEC promove, em 6 de fevereiro de 2009, uma “Jornada de reflexão” para se debater o futuro da APEC. Para a preparar, três semanas antes, envia a todas as escolas um documento intitulado “APEC: um bem a desenvolver ou uma inutilidade a descartar?”

Em 2 de abril de 2009, mais um marco importante nesta luta pela sobrevivência. Um grupo de amigos da “primeira-hora” reúne-se em Calvão, na casa do Pe. João Mónica, presidente da AG da APEC. Além do Pe. Mónica – visivelmente doente, mas ainda capaz de refletir e “ver mais além”<sup>9</sup> – estão presentes Teresa Gonçalves (a sua fiel colaboradora), Pe. Alfredo Cerca, Acácio Lopes, Pe. José Fernandes e Virgílio Mota, da direção da APEC, e Jorge Cotovio, como convidado, por ter, entretanto, enviado diversas propostas de renovação da associação<sup>10</sup>. E foram algumas destas

---

<sup>8</sup> “Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal”.

<sup>9</sup> O Pe. João Mónica da Rocha viria a falecer uns meses depois, em 2 de setembro de 2009 – uma morte muito sentida tal o carinho que a comunidade educativa por ele nutria. Também a APEC perdeu um fortíssimo aliado, companheiro de muitas lutas, ações e sonhos. Na direção do Colégio de N. S. da Apresentação (Calvão) sucedeu-o o Pe. Querubim Silva.

<sup>10</sup> Jorge Cotovio, em 2008, perante alguma letargia da APEC, envia para a Direção diversas mensagens e propostas, tendentes a reativar-se a associação. Apela à união de esforços, às sinergias que poderão ser criadas se as escolas católicas trabalharem mais em conjunto: “Que bom seria que, além dos aspetos pastorais, também se potenciasses os outros aspetos. Só um pequeno exemplo, e na sequência das conclusões da última assembleia da CEP: porque não potenciarem-se as compras de determinados produtos e equipamentos, efetivando-se a ‘economia de escala’?”. Numa dessas mensagens, tendente a “inquietar”, termina desta forma “Que saibamos ler os ‘sinais dos tempos’, para não continuarmos indefinidamente a lamentar-nos. Mas urge fazermos mais, até para recuperarmos

propostas de Jorge Cotovio a base da conversa estabelecida, depois de ser consensual a necessidade de se “refundar” a APEC. Falou-se, então, de um plano de formação mais arrojado e de uma “central de compras” – uma espécie de “ensaio de comunhão” de *coisas* materiais para nos projetar para a verdadeira comunhão e partilha que deve existir na Escola Católica. Também se insistiu na premência da criação de uma estrutura organizativa mínima, com um secretário executivo.

Esta reunião criou um alento acrescido, pois ficaram no ar aspetos novos e estruturantes, que poderiam *dar a volta* à “crise”. Para o grupo continuar a reflexão, ficou marcada uma nova reunião para o dia 9 de junho de 2009, no Colégio de S. Miguel, em Fátima. Nesta reunião, o Pe. José Fernandes, a Teresa Gonçalves, o Virgílio Mota e o Jorge Cotovio continuaram o propósito de “refundar e dar novo ânimo à APEC”, investindo num plano de formação devidamente estruturado.

Em 19 de junho de 2009, uma nova reunião, exclusivamente para se falar da Central de compras, tendo como referência a experiência das escolas salesianas.

Entretanto, em 13 de novembro de 2009, a direção da APEC envia uma carta ao episcopado e aos superiores das congregações religiosas questionando-os sobre o futuro da APEC: “Tem sentido continuar? Acreditam na viabilidade da APEC como estrutura congregadora de todas as escolas católicas?”

Responde afirmativamente o presidente da CEP, D. Jorge Ortiga, depois deste assunto ser analisado na respetiva comissão permanente: “Foi unânime o reconhecimento da necessidade da APEC”.

Também responde o presidente da CEEC, D. Tomás Nunes: “A CEP muito aprecia os trabalhos realizados pela APEC. (...) Parece-nos evidente a necessidade de um Secretário-Geral; este deve conhecer bem a realidade das escolas católicas, ter amor à causa da Escola Católica e disponibilidade para um trabalho em tempo parcial.”

Na moção apresentada pelo Pe. Alfredo Cerca na AG de 26 de fevereiro de 2010 – última do seu mandato –, fala de “desânimo” e “quase nula atividade da APEC, sobretudo nos dois últimos anos”. Refere ainda que o Dr. Acácio Lopes foi nestes dois mandatos “um verdadeiro diretor executivo”, função que “de forma admirável cumpriu”.

## **5. A «Idade contemporânea» – desde 2010**

### ***Um novo ciclo***

#### **5.1. Uma APEC com uma nova estrutura (período 2010-2019)**

Efetivamente, a AG eleitoral de 26 de fevereiro de 2010 marca a mudança de um ciclo. Com o claro apoio do episcopado (e do SNEC), com o estímulo de algumas congregações e, sobretudo, com a convicção firme de muitos responsáveis de escolas católicas associadas, conseguiram-se reunir condições para “refundar” a APEC.

O Pe. Querubim Silva, diretor do Colégio de N. S. da Apresentação (Calvão) desde o início do ano letivo, aceita o desafio de liderar uma equipa de gente conhecida. Com a mais-valia de uma experiência de seis anos aos destinos do SNEC, potencia os seus muitos conhecimentos académicos e pessoais nesta área da educação católica, facilitando os processos, as ações e as

---

o dinamismo dos grandes cabouqueiros da Escola Católica, como foram os Padres Ventura, Burguete, Belchior, José Pacheco, Luciano Guerra, Pedro dos Santos e muitos outros e outras”. E também sugere uma organização mais profissional da associação, com alguém a assumir, na sua estrutura, um papel executivo.

relações. Curiosamente, conviverá com um diretor do SNEC – Acácio Lopes – que foi a “imagem de marca” das direções da APEC até então<sup>11</sup>.

Também, curiosamente, coexistirá durante os seus três mandatos com bispos da CEECDF da sua diocese: D. António Marcelino (vogal<sup>12</sup>), D. António Francisco e D. António Monteiro (presidentes).

Na sua linha de atuação, além dos propósitos habituais (cooperação entre as escolas, encontros de formação, diálogo com os governantes, colaboração próxima com o SNEC/ DEC, colaboração com a AEEP) falou-se pela primeira vez no projeto “Economia de escala para se alcançar a economia de comunhão”<sup>13</sup> e na necessidade de um secretariado permanente, com um secretário “executivo” que garantisse a promoção e continuidade de projetos, servindo de suporte às sucessivas direções. Nesta linha, o Pe. Querubim, na qualidade de novo presidente da APEC, propôs o nome de Jorge Cotovio para Secretário-Geral da Associação<sup>14</sup>, “proposta esta que recebeu o apoio unânime dos associados presentes”, como refere a ata da AG.

Esta proposta, também acolhida pelo presidente da CEECDF, D. Tomás Nunes, mostrou-se, ao longo do tempo, proporcionadora de uma nova dinâmica organizativa, possibilitadora não só de uma mais adequada concretização dos planos anuais de atividades, como também de se sonhar com outros voos mais arrojados.

Aos poucos, profissionalizou-se o serviço de contabilidade e deu-se algum impulso na gestão da comunicação e imagem. Também se instituiu a visita a escolas católicas<sup>15</sup>, privilegiando as de menor dimensão e as situadas no interior do país. A outros níveis, além de audiências com governantes e políticos, deram-se passos significativos na promoção e defesa da liberdade de educação<sup>16</sup>, em conjunto com a FNAPEC e a AEEP e outras estruturas/ entidades.

No elenco generalista das *coisas novas* realizadas, também deve ser sublinhada a adesão à Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF), em 12 de março de 2014<sup>17</sup>, por convite expresso do seu presidente da altura, João Alvarenga.

A nível internacional, a APEC começou a estar presente, de forma sistemática, nas AG (e outras iniciativas) do CEEC, acompanhando a representação do SNEC<sup>18</sup>. A teia de relações que se estabelece nestes encontros é muito profícua e possibilitou, ao longo dos anos, a progressiva

---

<sup>11</sup> Acácio Lopes representou a presidência da APEC em três direções, de 1998 a 2001, como representante do Colégio de S. Miguel, e depois de 2004 a 2010, representando o Externato de Penafirme, para onde se tinha, entretanto, transferido. De 2001 a 2004 presidiu à AG.

<sup>12</sup> E coordenador da CEEC no ano pastoral de 2010/11, por motivo do falecimento de D. Tomás Nunes, em 1 de setembro de 2010.

<sup>13</sup> Comumente conhecido por “Economia de comunhão”.

<sup>14</sup> Funções que acumulava com a sua missão de diretor pedagógico no Colégio Conciliar de Maria Imaculada.

<sup>15</sup> Normalmente aproveitando-se a oportunidade para ter alguma ação formativa junto dos educadores docentes e não docentes, e até pais.

<sup>16</sup> De salientar a *luta* conjunta travada com o governo de José Sócrates, em 2010/11, acompanhando a AEEP, o SOS Movimento e o Fórum para a Liberdade de Educação, onde a APEC, associando a FNAPEC, teve um protagonismo especial (algumas reuniões nacionais até foram realizadas na sede, em Fátima). Outro momento de “alta tensão” que contou com a intervenção da APEC (e FNAPEC), foi em 2016, nos inícios do 1.º governo de António Costa, que culminou com várias manifestações públicas e muitos artigos de opinião (parte deles, posteriormente convertidos em livro, como se referirá mais à frente). Estavam em jogo, sobretudo, os contratos de associação – uma *luta ganha* pela Secretária de Estado da Educação, Alexandra Leitão (para gaudir do principal sindicato de professores e por partidos da esquerda radical) e que penalizou dezenas de escolas, levando depois ao encerramento de sete escolas católicas, algumas das quais de dimensão considerável.

<sup>17</sup> O ato de adesão realizou-se em Lisboa, na sede da CNEF, e da parte da APEC marcou presença o presidente da CEECDF, D. António Francisco, além do Pe. Querubim Silva e de Jorge Cotovio.

<sup>18</sup> Efetivamente, a representação oficial de Portugal no CEEC pertence ao SNEC. Por simpatia deste, a APEC está presente na qualidade de “observador” (embora, na prática, possa intervir livremente nos trabalhos). Ademais, as despesas de um representante da APEC nestas participações são suportadas pelo SNEC.

criação de laços estreitos com as *Escuelas Católicas*, com evidentes benefícios para as escolas católicas portuguesas<sup>19</sup>.

Entretanto, a nível do GREC, a APEC passou a ter um papel mais ativo na organização e execução das ações. Decidiu-se, em 2011, promover, em cada ano<sup>20</sup>, um evento nacional com grande impacto, de modo a comprometer o maior número possível de escolas. Nasceram, assim, as peregrinações das escolas católicas a Fátima (a 1.ª em 2012), alternando com uma campanha nacional<sup>21</sup> (a 1.ª em 2013, com a colaboração da Cáritas nacional, angariando alimentos para as Cáritas diocesanas distribuírem por famílias carenciadas) – dois eventos com grande projeção. O GREC foi formalmente extinto em 2014, concorrendo para tal a morte de D. António Marcelino, em 2013, a saída de Maria Helena Calado do DEC, em 2014, e o evidente esvaziamento da sua essência, como já foi referido. Mas fica o mérito de procurar envolver as congregações religiosas no projeto de comunhão da APEC e de ter lançado estas iniciativas anuais que, excetuando o período da pandemia da COVID-19, se continuam a realizar.

### 5.1.1. Os órgãos sociais no período 2010-2019

#### ● 5.ºs órgãos sociais (AG 26/2/2010) [triénio 2010-2013]

##### *Direção*

Presidente: Colégio Diocesano de N. S. da Apresentação, Calvão [Pe. Querubim Silva]

Vice-Presidente: Colégio de S. Miguel, Fátima [Virgílio Mota]

Secretário: Colégio Salesiano de S. João Bosco, Mogofores [Pe. José Fernandes]

Tesoureiro: Colégio do Amor de Deus, Cascais [Ir. Isabel Vaz; Ir. Helena Oliveira]

Vogal: Colégio Conciliar Maria Imaculada, Leiria [Ir. Paula Almeida; Jorge Cotovio]

##### *Assembleia Geral*

Presidente: Externato de Nossa Senhora dos Remédios, Tortosendo

1.º Secretário: Colégio de Nossa Senhora da Graça, Vila Nova de Milfontes

2.º Secretário: Externato de Penafirme, Torres Vedras

##### *Conselho Fiscal*

Presidente: Escola de Formação Social Rural de Leiria

Vogal: Colégio de Bairros, Paredes

Vogal: Colégio de S. Tomás, Lisboa

*Secretário-geral: Jorge Cotovio*

#### ● 6.ºs órgãos sociais (AG 1/3/2013) [triénio 2013-2016]

##### *Direção*

Presidente: Colégio Diocesano de N. S. da Apresentação, Calvão [Pe. Querubim Silva]

Vice-Presidente: Colégio de S. Miguel, Fátima [Virgílio Mota]

Secretário: Externato de Penafirme [Pe. Carlos Silva]

Tesoureiro: Colégio Salesiano de S. João Bosco, Mogofores [Pe. José Fernandes]

---

<sup>19</sup> Apenas três exemplos: participação regular da APEC (e do SNEC) nos congressos das escolas católicas espanholas (que se realizam de dois em dois anos); vinda a Portugal de especialistas das *Escuelas Católicas* para orientar ações de formação; troca de experiências com os juristas (e os secretários-gerais), no âmbito da luta pela liberdade de educação.

<sup>20</sup> Preferencialmente aquando da Semana Nacional da Educação Cristã (outubro).

<sup>21</sup> O evento alternativo não tinha de ser, forçosamente, uma “campanha”. Teria, sim, de ser uma ação com grande impacto. Inserem-se neste âmbito as publicações dos livros sobre a liberdade de educação e acerca de escritos de Sousa Franco.

Vogal: Colégio de S. Tomás, Lisboa [Madalena Fontoura; Isabel Pestana]

#### *Assembleia Geral*

Presidente: Colégio do Amor de Deus (Cascais)

Vogal: Colégio D. Diogo de Sousa (Braga)

Vogal: Colégio Nossa Senhora da Assunção (Anadia)

#### *Conselho Fiscal*

Presidente: Colégio do Minho (Viana do Castelo)

Vogal: Colégio de Nossa Senhora da Graça (V. N. de Milfontes)

Vogal: Externato de S. José (Lisboa)

*Secretário-Geral: Jorge Cotovio*

### ● **7.ºs órgãos sociais (AG 26/2/2016) [triénio 2016-2019]**

#### *Direção*

Presidente: Colégio Diocesano de N. S. da Apresentação, Calvão [Pe. Querubim Silva]

Vice-Presidente: Instituto Nun'Álvares, Sto Tirso [Pe. José Lopes (e António Valente); Pe. Filipe Martins]

Secretário: Escola Salesiana do Estoril [P. Tarcízio Morais; Pe. Artur Pereira]

Tesoureiro: Colégio de S. Tomás, Lisboa [Inês Boléu Tomé]

#### *Assembleia Geral*

Presidente: Externato de Penafirme

Vogal: Colégio D. Diogo de Sousa (Braga)

Vogal: Colégio de Gaia

#### *Conselho Fiscal*

Presidente: Colégio do Minho (Viana do Castelo)

Vogal: Colégio Nossa Senhora da Assunção (Anadia)

Vogal: Colégio Marista de Carcavelos

*Secretário-Geral: Jorge Cotovio*

### **5.1.2. As principais atividades**

Neste novo ciclo, deram-se continuidade aos encontros com alunos (somente para 5.º, 7.º, 10.º e 11.º anos), mas a gradual pouca adesão de escolas levou a que este modelo acabasse<sup>22</sup>. A fim de diminuir a logística das deslocações, passou então a sugerir-se às escolas para, nas suas formações para alunos, convidarem, de quando em vez, alunos de escolas católicas da sua proximidade.

Também se procurou dar continuidade aos encontros de formação para professores, (aproveitando as ações que, por estes anos, o SNEC promovia<sup>23</sup>), assim como aos encontros para educadores não docentes e pais<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> Terá, em muito, contribuído para esta decisão o facto de ser cada vez mais exigente o transporte de alunos menores, levando os responsáveis das escolas a ponderar a sua participação.

<sup>23</sup> De 2014 a 2019, o DEC elaborava anualmente um plano de atividades que parecia concorrer com o da APEC, com a justificação de que nem todas as escolas católicas se reviam na APEC. Para evitar esta situação, a direção da APEC procurava potenciar as atividades promovidas pelo SNEC – a maioria das quais destinada a professores – divulgando-as e marcando, formalmente, presença.

<sup>24</sup> Os encontros para pais, numa fase posterior a cargo da FNAPEC, deixaram de se realizar a partir de 2015.

Com uma estrutura mais consolidada e com um secretariado mais “permanente”, avançou-se, aos poucos, para a reconfiguração de projetos antigos e para novos projetos.

Relativamente à reconfiguração de projetos herdados de anteriores direções, destacamos os seguintes:

- Curso de pós-graduação em administração educativa com acesso ao mestrado (de 2012 a 2017).
- Formações no âmbito da Educação sexual.
- Encontros exclusivamente para novos educadores não docentes.
- Tentativa acrescida de reativação da FNAPEC.

Relativamente a novos projetos, elencamos os seguintes:

- Formações para educadores docentes (e não docentes) sobre temáticas específicas, designadamente educação sexual, maus-tratos em crianças e adolescentes/ abuso sexual e medidas preventivas.
- Formações para responsáveis de “grupos de missão”.
- Formações para funcionários administrativos (a princípio, duas por ano, em formato presencial).
- Formação para bibliotecários.
- Peregrinação a Fátima das Escolas Católicas (a 1.ª ainda com o GREC, em 2012, e a 6.ª em 2023).
- Projeto “Economia de comunhão”<sup>25</sup>.
- Colaboração no processo de edição do livro *O ensino privado nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX – o contributo da Escola Católica*, de Jorge Cotovio (2012).
- Organização anual de uma Jornada da Escola Católica (a 1.ª em 2017 e a 4.ª em 2023)<sup>26</sup>.

## **5.2. Uma APEC consolidada e aberta a novos desafios (período desde 2019)**

Embora os anteriores três mandatos fossem liderados pelo Pe. Querubim Silva, foi havendo alterações nas composições das direções, não só em cada mandato como também durante os mandatos, por variados motivos<sup>27</sup>. Ou seja, só o Presidente, Pe. Querubim Silva, e o Secretário-Geral, Jorge Cotovio, se mantiveram *estáveis* durante os nove anos. Perante esta mobilidade, terá valido a existência do tal “secretariado permanente”, com um secretário-geral, para garantir minimamente uma continuidade da missão e das ações.

Em 2019, estávamos no “tempo oportuno” (*Kairós*) para se efetuarem, mais uma vez, alterações profundas. Os convites feitos pelo Pe. Querubim Silva e pelo Jorge Cotovio geraram uma lista que foi aprovada na AG de 15 de fevereiro de 2019. Fernando Magalhães, que já vinha, desde há tempos, a colaborar com a anterior direção, tinha o perfil adequado para ser um dos rostos da mudança. Novas caras – algumas delas ainda “novas” – e novas ideias geram um novo estilo de ação. Reforça-se o muito que se fez de bom anteriormente e aposta-se em novos projetos, com uma determinação e um dinamismo acrescidos.

A partir do ano letivo 2022/23, o secretariado permanente pôde contar com maior disponibilidade do secretário-geral, garantindo-se, desta forma, uma presença acrescida da APEC nos diversos campos da sua atuação.

### **5.2.1. Os órgãos sociais**

---

<sup>25</sup> As primeiras parcerias foram estabelecidas com a Porto Editora (“Escola Virtual”) e a Casal Ribeiro Associados (seguros), em 2010. Atualmente há 16 parcerias, permanecendo ainda a da Porto Editora.

<sup>26</sup> Interrompidas nos anos da pandemia.

<sup>27</sup> Cerca de dez mudanças de membros.



● **8.ºs órgãos sociais (AG 15/2/2019) [triénio 2019-2022]**

*Direção*

Presidente: Externato Frei Luís de Sousa, Almada [Diác. Fernando Magalhães]

Vice-Presidente: Instituto Nun'Alvres, Caldinhas [Pe. Carlos Carvalho]

Secretário: Colégio de Nossa Senhora da Graça, V.N. de Milfontes [Natália Cabecinha; Pe. Manuel Pato]

Tesoureiro: Colégio de S. Miguel, Fátima [Manuel Lourenço]

Vogal: Colégio Marista de Carcavelos [Ir. José Luís Pedrinho]

*Assembleia Geral*

Presidente: Externato de Penafirme

Secretário: Salesianos do Porto

Vogal: Colégio Diocesano de Nossa Senhora da Apresentação (Calvão)

*Conselho Fiscal*

Presidente: Colégio do Minho (Viana do Castelo)

Vogal: Colégio da Rainha Santa Isabel (Coimbra)

Vogal: Colégio Internato dos Carvalhos

*Secretário-Geral: Jorge Cotovio*

● **9.ºs órgãos sociais (AG 11/2/2022) [triénio 2022-2025]**

*Direção*

Presidente: Externato Frei Luís de Sousa, Almada [Diác. Fernando Magalhães]

Vice-Presidente: Instituto Nun'Alvres, Caldinhas [Pe. Carlos Carvalho; Pe. António Valério]

Secretário: Colégio de Nossa Senhora da Graça, V.N. de Milfontes [Pe. Manuel Pato]

Tesoureiro: Colégio de S. Miguel, Fátima [Manuel Lourenço]

Vogal: Colégio Marista de Carcavelos [Ir. José Luís Pedrinho]

*Assembleia Geral*

Presidente: Externato de Penafirme

Secretário: Salesianos do Porto

Vogal: Colégio Diocesano de Nossa Senhora da Apresentação (Calvão)

*Conselho Fiscal*

Presidente: Colégio do Minho (Viana do Castelo)

Vogal: Colégio da Rainha Santa Isabel (Coimbra)

Vogal: Colégio Internato dos Carvalhos

*Secretário-Geral: Jorge Cotovio*

### **5.2.2. As principais atividades**

Coincide este novo ciclo com o início de funções do novo diretor do SNEC. Fernando Moita, com o aval da CEECDF, aposta nas sinergias com a APEC, delegando nela tudo o que respeita à Escola Católica, e dando todo o apoio, a todos os níveis. Com esta simbiose, estavam criadas as condições para se “sonhar mais alto” e ver mais longe: criam-se novas modalidades de trabalho conjunto; potencia-se a ação da APEC em palcos internacionais; celebra-se o Dia Mundial da Educação Católica, promovido anualmente pela OIEC; cria-se o “Fundo D. António Marcelino”, procurando estimular as pós-graduações de docentes de confiança das direções das escolas;

estreitam-se os laços de colaboração com a UCP; potencia-se a utilização da plataforma de comunicação a distância do SNEC; potencia-se a relação com o Educris e a agência Ecclesia.

Para outros âmbitos, o termo que mais ilustra o que se fez talvez seja “reforça-se”: reforça-se a proximidade com a AEEP e a CNEF, passando a APEC a integrar os seus órgãos sociais; reforça-se a comunicação e a imagem, avançando-se, também, para as redes sociais, e incrementa-se a presença nos meios de comunicação social (também nos de fora da Igreja); amplia-se, exponencialmente, a rede de parcerias em diversas áreas, no projeto “Economia de comunhão”; reforça-se a preocupação do “cuidado” a ter com os alunos; reforça-se a defesa e promoção da liberdade de educação, destacando-se, a este nível, as edições (e apresentações) do livro “Uma escola de todos, com todos, para todos – liberdade de educação”, em 2 de dezembro de 2019, e do livro “Sousa Franco e a Liberdade de Educação”, em 21 de setembro de 2022.

A formação de diretores e professores (sobretudo dos que exercem funções diretivas e de coordenação intermédia) também são uma prioridade, até porque urge formar lideranças. Institucionalizam-se, assim, as “Jornadas pastorais”, em janeiro (realizadas quatro), e as “Jornadas Pedagógicas”, em julho (realizadas seis).

Desde 2023, com a maior disponibilidade do secretário-geral, incrementam-se, significativamente, as visitas a escolas católicas, associadas e não associadas, não esquecendo as mais afastadas (designadamente Porto Santo), aproveitando Jorge Cotovio para dialogar com as direções, conhecer melhor a realidade de cada escola e as suas principais preocupações, e, sempre que possível, dar formação aos docentes e não docentes sobre a missão do educador numa escola católica. Estas ações, em conjunto com o reconhecimento da qualidade do serviço prestado pela APEC, levaram a um aumento substancial do número de escolas associadas.

Finalmente, reúnem-se condições – mau grado os recursos limitados – para a realização do II Congresso Nacional da Escola Católica, 21 anos depois do primeiro congresso, mobilizando escolas e outras instituições em torno de um “Pacto educativo” sonhado pelo Papa Francisco, que a todos convoca e compromete. Será, indubitavelmente, o culminar de um ano *especial*, marcado pelas comemorações dos 25 anos da APEC.

## Considerações finais

Ao longo destas páginas terá ficado evidenciada a coragem, a abnegação, a determinação e a fé dos cabouqueiros da APEC, muitos deles já elevados ao Céu, outros ainda vivos, mas manifestamente debilitados, e outros ainda por estas *andanças*, prontos para mais desafios...

Depois da descrição de muitas escolas e de muitas atividades, volto a falar de nomes, de rostos, de pessoas. O Pacto Educativo Global, que cobre este congresso (e nos deve cobrir a todos...), assenta na “centralidade da pessoa” e exige esta atenção especial. (Paradoxalmente, nos inícios da APEC ficou decidido que os órgãos sociais eram “escolas” e não “pessoas”. Desta forma, todo o arquivo até 2010 surge muito impessoal, precisando eu de me socorrer da memória, dos apontamentos pessoais e até de consultas a alguns amigos para saber concretamente quem representava uma ou outra escola...).

Um destaque muito especial, pois, aos bispos, aos provinciais/ superiores, aos diretores, aos professores, aos educadores não docentes, aos pais, que ao longo destes *longos* anos contribuíram para a edificação e a consolidação deste projeto de comunhão e partilha sonhado por gente inquieta (e *visionária*), que acreditou nas potencialidades da missão eclesial insubstituível da Escola Católica. Uma palavra de muito apreço a todos os alunos que viveram por dentro a essência da Escola Católica e reproduziram para a família e para a sociedade a sabedoria evangélica e a sabedoria científica assimiladas durante a sua infância, adolescência e juventude.

Em 1998, num universo de cerca de 150 escolas católicas, apenas 15 tinham aderido à APEC (10%). Em 2024, num universo de 122 escolas (porque muitas foram, infelizmente, encerrando), há 103 associadas (84%). Segundo as estatísticas mais recentes (2022), 5300 professores e 3300 educadores não docentes educam mais de 66 mil alunos nas nossas escolas católicas. Estamos perante um ingente desafio, assumido com *espírito de missão* por cada diretor, por cada direção, por cada corpo docente e não docente.

Que mais um congresso – este momento único e irrepetível da *História da Salvação* – seja por todos nós sentido como um *presente* “com sentido” (e “consentido”), com energia capaz de olhar o futuro com Esperança – com “*espérance*”!<sup>28</sup>

Na esteira dos nossos bispos, na recente mensagem às escolas católicas, que a Escola Católica tenha “capacidade, criatividade e *sabedoria* para encontrar respostas a questões interpelantes e prementes, tais como a implicação que a diminuição das vocações de consagração tem na continuidade de projetos educativos congregacionais, a escassez de colaboradores qualificados e identificados com a fé cristã, a premência de lideranças fortes e estáveis.”

Para irmos consumando, no dia-a-dia, o tal mandato divino “Ide e ensinai”...

*Jorge Cotovio*

Secretário-Geral da APEC  
10 de outubro de 2024

---

<sup>28</sup> A comum “esperança” (*espoir*) é prever o futuro a partir do presente. Pelo contrário, *espérance* é olhar o presente a partir do futuro, da “plenitude do Reino de Deus”.